

HIBRIDIZAÇÃO NA GOVERNAMENTALIDADE CONTEMPORÂNEA: A relação entre a *biopolítica* e as práticas do *poder pastoral* no pensamento de Michel Foucault.

Pablo Ornelas Rosa¹

Marcelo Puzio²

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo compreender o aparecimento dos conceitos de *biopolítica* e *poder pastoral* no pensamento de Michel Foucault, e a partir disso estabelecer a hipótese de que, a racionalidade governamental contemporânea opera um agenciamento entre essas duas formas específicas de ação sobre os corpos. Introdutoriamente faz-se importante constatar que o termo *biopolítica* foi apresentado pela primeira vez pelo autor, problematizando a formação da medicina coletiva, e sua transição para a medicina individual e privada, que para ele estava ligada às bases das novas tecnologias de governamentalidade do corpo social. Foucault chamou a atenção para a emergência da medicina social como um dos mecanismos por excelência da nova racionalidade governamental, denominada de *biopolítica*. O conceito apareceria então, sob a forma de conjunto de processos, como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, as estatísticas de fecundidade e população. Tais processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade constituíram os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle desse novo exercício de poder.

Outro conceito que se torna central no pensamento foucaultiano, é o *poder pastoral*, que aparece como um conjunto de práticas de controle e cuidado sobre os indivíduos e a coletividade, um poder que age sobre todos e cada um ao mesmo tempo.

Veremos também que o recorte histórico relatado por Foucault (2010) em seu trabalho intitulado “*Omnes et Singulatim*”: *Uma Crítica da Razão Política* não teve

¹ Pablo Ornelas Rosa é Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, Mestre em Sociologia Política e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atualmente desenvolve pesquisa de Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS na Universidade Federal do Paraná – UFPR e é professor de Sociologia e Ciência Política, coordenador do curso de graduação em Ciências Sociais e coordenador do Núcleo de Estudos Sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação na Faculdade Sagrada Família – FASF, em Ponta Grossa/PR.

² Marcelo Puzio é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG e graduando em Filosofia pela Instituição de Ensino Superior Santana. Atualmente é professor de Filosofia e integrante do Núcleo de Estudos Sobre Biopoder e Práticas de Subjetivação da Faculdade Sagrada Família – FASF, em Ponta Grossa/PR.

como propósito apresentar a tecnologia de poder pastoral e seu desaparecimento na Europa cristã, católica e romana nos dez séculos seguintes, mas demonstrar como a sua presença ocorreu naquele período de forma acabrunhada e não da maneira triunfante como acontecera em outras épocas. Segundo o autor, a inerte utilização do poder pastoral naquele período resultava de diversos aspectos tais como as razões econômicas, uma vez que o pastorado das almas, além de ocorrer efetivamente em espaços urbanos, era incompatível tanto com a miséria quanto com a economia rural extensiva existente nos primórdios da Idade Média; razões de natureza cultural, na medida em que o pastorado era uma tecnologia que requeria certo nível de cultura tanto por parte dos pastores quanto por seu rebanho; questões estruturais de cunho sócio-político, já que o feudalismo se fundamentava em laços pessoais bastante diferentes do pastorado; dentre outras causalidades.

Assim, o artigo procurará visualizar como a biopolítica contemporânea hibridizou-se com a gênese do poder pastoral, pois se exerceriam através de práticas semelhantes, como a observação, o cálculo, e principalmente o “cuidado sobre os corpos” em suas técnicas de governamentalidade.

Nesse sentido, o poder pastoral desenvolvido no oriente pré-cristão, não representaria apenas a governamentalidade do Estado, através do zelo e devotamento para com cada sujeito, mas sim um exercício de poder mais amplo, para além do Estado, como as instituições que estão fora dele, e que gerenciariam o indivíduo em sua vida bio-psicológica.

Nesse caminho, tentaremos compreender como a regulação do exercício do poder da governamentalidade contemporânea apareceria no pensamento de Foucault sobre a forma do cálculo, isto é, cálculo de forças, cálculo das riquezas, cálculo dos indivíduos. Compondo-se, em um exercício múltiplo de forças, algo que viria caracterizar a racionalidade da governamentalidade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: biopolítica, poder pastoral, governamentalidade moderna.

Introdução

Em meados do século XVIII, o chamado Século das Luzes, a razão tornou-se proeminente através do conhecimento científico que questionava as verdades estritamente religiosas, espirituais e doutrinárias, na medida em que multiplicava seu domínio por meio de poderes políticos. No entanto, a partir do século XIX, com os

chamados pensadores irracionalistas, essa mesma racionalidade iluminista passou por profundas críticas, em especial naquilo que viria a ser conhecido amplamente como “razão instrumental.”

Em “*Omnes et Singulatim: Uma Crítica da Razão Política*”, Foucault (2010) reconstrói parte dessa crítica, apontando que a partir de Kant, ou seja, da *aufklärung* alemã, a filosofia passa a ser operada como conhecimento que deveria apontar os limites do que era possível ser conhecido na experiência, a realidade a partir dali, não era pensada mais como essência, mas sim como fenômeno.

Não obstante, o autor constata também que o desenvolvimento e a organização política dos Estados modernos fizeram com que a filosofia também assumisse o papel de vigiar os abusos do poder da racionalidade, pois a legitimação de um para com o outro tornava-se inevitável para potencializar seus poderes. “*O laço entre a racionalização e os abusos do poder político é evidente. E ninguém precisa esperar a burocracia ou os campos de concentração para reconhecer a existência de tais relações*” (FOUCAULT, 2010: 356).

Assim, ao reconhecer que o poder político foi se tornando cada vez mais centralizado nas sociedades europeias, Foucault (2010) propôs analisar uma espécie de mutação menos conhecida acerca destas relações de poder fundamentadas no desenvolvimento de técnicas voltadas para os indivíduos, destinadas a dirigi-los de forma contínua e constante: “*Se o Estado é a forma política de um poder centralizado e centralizador, chamemos de pastorado o poder individualizador*” (FOUCAULT, 2010: 357).

Por mais que este poder individualizador pareça ser o oposto à transformação do poder centralizador e centralizado decorrente do Estado, Foucault (2010) mostrou como uma nova técnica de dirigência, ou seja, o *poder pastorado* passou a ser associado a ele. Segundo o autor, as noções de que o rei, o chefe ou mesmo a divindade eram pastores seguidos por rebanhos de ovelhas, não fazia parte da interpretação de gregos e romanos, salvo certas exceções decorrentes das primeiras literaturas homéricas e, sobretudo, das reflexões de Platão sobre a Antiguidade Clássica a partir de sua obra intitulada *Política*. Assim, foram os hebreus que desenvolveram e ampliaram o tema pastoral caracterizado pela ideia de que somente Deus é o pastor de seu povo – com exceção a monarquia, a exemplo de Davi que foi invocado por Deus sob o nome de pastor com a missão de reunir o rebanho.

Procurando evidenciar o contraste com o pensamento grego, Foucault (2010) mostra como este assunto passou a ter tamanha importância não só no pensamento cristão, mas também nas instituições sociais. Segundo ele, o pastor, para os cristãos, exercia o poder sobre um rebanho mais do que sobre um território, diferentemente da forma como ocorria entre os gregos. Além disso, cabia a ele reunir, guiar e conduzir o seu rebanho de forma a apaziguar as eventuais hostilidades no interior da sociedade, fazendo com que prevalecesse certa unidade. Assim, se o pastor desaparecesse, o seu rebanho se dispersaria.

O pastor ainda tinha que assegurar a salvação de seu rebanho. Contudo, não se tratava apenas de salvar a todos quando estivessem diante do perigo. Tudo era uma questão de benevolência constante, individualizada e final, onde o pastor velava pelo alimento de seu rebanho, provendo cotidianamente sua fome e sede, na medida em que também as controlava, fazendo com que todas as ovelhas fossem recuperadas e salvas, sem exceção. Ainda havia outra diferença entre cristãos e gregos provenientes da ideia de que o exercício do poder era uma “dever”.

Por mais que não fosse familiar aos gregos e romanos a noção de que o rei, o chefe ou a divindade eram pastores seguidos por rebanhos de ovelhas, foi Platão quem trouxe a reflexão mais sistemática sobre o tema do pastorado na Antiguidade Clássica, influenciando o cristianismo no ocidente. Por mais que considerasse que o médico, o agricultor, o ginasta e o pedagogo eram qualidades características dos pastores, Platão defendia a ideia de que estes profissionais não deveriam interferir na política. Para ele, somente certos homens qualificados detinham o poder político, e não os pastores. *“Em suma, o problema político é o da relação entre o um e a multidão no quadro da cidade e de seus cidadãos. O problema pastoral concerne à vida dos indivíduos”* (FOUCAULT, 2010: 366).

Assim, para Foucault (2010), o “problema do Estado-providência” não ratifica apenas as necessidades ou as novas técnicas de governo no mundo atual. Ele deve ser constatado por ser uma das numerosas reparações do ajustamento entre o poder político exercido sobre os sujeitos civis e o poder pastoral que se exerce sobre os indivíduos vivos. Nesse sentido, objetivando examinar a construção teórica a partir da literatura cristã dos primeiros séculos, amparadas em autores como Crisóstomo, Cipriano, Ambrósio, Jerônimo, Cassiano e Bento, Foucault (2010) reconheceu que os temas hebraicos acabaram sendo transformados em aproximadamente quatro níveis.

O primeiro deles trata da responsabilidade do pastor em relação ao destino do rebanho, tratando-o não apenas em sua totalidade, mas também de cada ovelha em particular. *“Na concepção cristã, o pastor deve dar conta não somente de cada uma das ovelhas, mas de todas as suas ações, de todo o bem ou mal que elas são suscetíveis de fazer, de tudo o que lhes acontece”* (FOUCAULT, 2010: 366-367). Desta forma, os laços estabelecidos entre o pastor e as ovelhas não concerne unicamente à vida dos indivíduos, mas todos os seus atos em seus mais íntimos detalhes.

O segundo nível destas mutações refere-se ao problema da obediência ou da desobediência. Enquanto que na tradição hebraica Deus era um pastor e o seu rebanho deveria segui-lo, submetendo-se às suas leis, regras e vontades, para os cristãos, a relação entre o pastor e suas ovelhas fundamentava-se na dependência individual e completa. Não obstante, a obediência dos gregos baseava-se muito mais nas leis, regras e normas fundamentadas na vontade da cidade, do que na subordinação a Deus.

O terceiro nível pressupõe formas de conhecimento específicas, particulares e individualizantes entre o pastor e cada uma de suas ovelhas, fundamentadas na ideia de que não basta saber em que estado se encontra o rebanho. O pastor deve estar constantemente informado sobre as necessidades reais de cada um de seus membros, suprimindo suas eventuais penúrias. Procurando saber o que acontece com cada um deles a fim de garantir o conhecimento individual sobre o seu rebanho, o cristianismo apropriou-se de dois instrumentos essenciais que operavam no mundo helênico: o exame de consciência e a direção de consciência.

Deste modo, o pastorado cristão estabeleceu vínculos bastante estreitos entre estas duas práticas, fundamentados na condução: ser guiado era um estado no qual os indivíduos estariam perdidos caso tentassem escapar. Assim, enquanto a direção da consciência passou a constituir um laço permanente, uma vez que a ovelha não se deixava conduzir a fim de ultrapassar vitoriosamente alguma passagem perigosa na medida em que ela se deixava conduzir constantemente pelo pastor, o exame de consciência acabava atuando não com o propósito de cultivar a consciência de si, mas permitir que ela fosse revelada inteiramente ao seu diretor.

A quarta transformação, que conforme Foucault (2010) talvez tenha sido a mais importante, pressupõe que todas estas técnicas cristãs de exame, confissão, direção de consciência e obediência tiveram como objetivo trabalhar para a sua própria “mortificação” neste mundo. Para o autor, a mortificação não era a morte, mas uma renúncia tanto a este mundo quanto a si mesmo, ou seja, era uma espécie de morte

cotidiana na qual os indivíduos supostamente abriam mão de suas vidas para viverem sua plenitude em outro plano espiritual.

Podemos dizer que o pastorado cristão introduziu um jogo que nem os gregos nem os hebreus haviam imaginado. Um estranho jogo cujos elementos são a vida, a morte, a verdade a obediência, os indivíduos, a identidade; um jogo que parece não ter nenhuma relação com aquele da cidade que sobrevive através do sacrifício dos cidadãos. Ao conseguir combinar estes dois jogos – o jogo da cidade e do cidadão e o jogo do pastor e do rebanho – no que chamamos de Estados Modernos, nossas sociedades se revelaram verdadeiramente demoníacas (...) nossa civilização desenvolveu o sistema de saber o mais complexo, as estruturas de poder as mais sofisticadas (FOUCAULT, 2010: 369-370).

Ao procurar demonstrar como o cristianismo deu forma ao poder pastoral que acabou sobrepondo-se constantemente aos indivíduos através de tecnologias, técnicas, mecanismos, processos e procedimentos amparados em verdades, Foucault (2010) também mostrou como esse poder individualizador, apesar de ter sido exercido timidamente pelos gregos em decorrência da frequente utilização do exame de consciência e da direção de consciência, ainda era alheio aos seus pensamentos.

O considerável recorte histórico relatado por Foucault (2010) neste seu trabalho intitulado *“Omnes et Singulatim”: Uma Crítica da Razão Política* não teve como propósito apresentar a tecnologia de poder pastoral e seu desaparecimento na Europa cristã, católica e romana nos dez séculos seguintes, mas demonstrar como a sua presença ocorreu naquele período de forma acabrunhada e não da maneira triunfante como acontecera em outras épocas. Segundo o autor, a inerte utilização do poder pastoral naquele período resultava de diversos aspectos tais como as razões econômicas, uma vez que o pastorado das almas, além de ocorrer efetivamente em espaços urbanos, era incompatível tanto com a miséria quanto com a economia rural extensiva existente nos primórdios da Idade Média; razões de natureza cultural, na medida em que o pastorado era uma tecnologia que requeria certo nível de cultura tanto por parte dos pastores quanto por seu rebanho; questões estruturais de cunho sócio-político, já que o feudalismo se fundamentava em laços pessoais bastante diferentes do pastorado; dentre outras causalidades.

As reformas realizadas no interior da igreja daquela época, principalmente aquelas referentes às ordens monásticas, objetivavam restaurar o rigor do poder pastoral entre os monges, a exemplo das recém criadas ordens dominicanas e franciscanas. Diante das adversidades provenientes de suas crises internas, a igreja jamais deixou de procurar reencontrar e restabelecer suas funções pastorais. No entanto, foi no decorrer da Idade Média que a população começou a presenciar frequentes lutas centradas no

poder pastoral, onde os adversários da igreja que descumpriam com suas obrigações passaram a rejeitar sua estrutura hierárquica, saindo à procura de novas formas espontâneas de comunidade, onde o rebanho poderia localizar o pastor que lhe conviesse.

Neste seu trabalho, Foucault (2010) não procura tratar de questões referentes à formação dos Estados, muito menos analisar os diferentes processos econômicos, políticos e sociais que dele procedem. Tampouco pretende ponderar sobre as diferentes instituições das quais os Estados se utilizaram para garantir sua sobrevivência. O que ele busca é simplesmente apresentar algumas indicações fragmentárias sobre algo que se encontra entre o Estado, como forma de organização política, e os mecanismos e tipos de racionalidade que operam sobre a população, garantindo o exercício de seu poder.

Tecnologias de Poder da Ciência e da Política

Para Foucault (2010), as práticas políticas são semelhantes às técnicas utilizadas pela ciência, pois elas operam por diferentes tipos de racionalidades e não pela razão em geral. Como a racionalidade do poder do Estado era pensada anteriormente a partir de um ponto de vista consciente e amparado por sua singularidade, ela não se encontrava circunscrita em práticas irrefletidas e ofuscadas. Segundo o autor, a racionalidade que fundamentava a crença na importância do poder do Estado foi elaborada por meio de dois corpos de doutrina: a razão de Estado e a teoria da polícia. Ambas as expressões rapidamente foram submetidas a sentidos limitados, equivocados e pejorativos.

A doutrina da razão do Estado procurava encontrar as diferenças entre os princípios e os métodos do governo estatal, enquanto que a doutrina da polícia buscava definir quais eram os propósitos da atividade racional do Estado, determinando os objetivos que deveria perseguir, bem como as formas gerais com que empregaria seus instrumentos. Portanto, foi após a apresentação de certa genealógica do poder pastoral, desenvolvida em sua obra intitulada *“Omnes et Singulatim”: Uma crítica da Razão Política*”, que Foucault (2010) passou a analisar efetivamente aquilo que cognominou de razão de Estado.

A partir de autores como Meinecke, Botero, Palazzo e Chemnitz, Foucault (2010) reconheceu semelhanças nas definições acerca da razão de Estado, na medida em que eles a consideravam uma “arte” baseada em técnicas que se conformavam a determinadas regras amparadas em racionalidades que desconsiderava os costumes e as tradições. Segundo o autor, a expressão razão de Estado passou a evocar o “arbitrário”

ou a “violência”, na medida em que deixou de ser entendida como uma racionalidade fundamentada na própria à arte de governar os Estados.

Outra semelhança na definição de razão de Estado parte do questionamento sobre a procedência da razão de ser desta arte de governar, apostando que sua racionalidade se vinculava às reflexões que conduziam a observação acerca da natureza do Estado. Ao manifestar certas vulgaridades, ela rompia com as tradições cristãs e judiciárias que buscavam um governo que fosse plenamente justo, respeitador de todos os sistemas de leis humanas, naturais e divinas.

(...) podemos ver que a razão de Estado, no sentido de um governo racional capaz de aumentar a potência do Estado de acordo com ele próprio, passa pela constituição prévia de um certo tipo de saber. O governo só é possível se a força do Estado for conhecida; assim ela pode ser mantida. A capacidade do Estado e os meios de aumentá-la devem também ser conhecidos, tal como a força e a capacidade dos outros Estados. O Estado governado deve, de fato, resistir contra os outros. O governo não poderia, portanto, limitar-se à única aplicação dos princípios gerais da razão, de sabedoria e de prudência. Um saber é necessário: um saber concreto, preciso e medido reportando-se a potência do Estado. A arte de governar, característica da razão de Estado, está intimamente ligada ao desenvolvimento do que se chamou de *estatística* ou *aritmética* política – quer dizer, ao conhecimento das forças respectivas dos diferentes Estados. Um tal conhecimento era indispensável ao bom governo. Para resumir, a razão de Estado não é uma arte de governar segundo as leis divinas, naturais ou humanas. Esse governo não tem de respeitar a ordem geral do mundo. Trata-se de um governo em concordância com a potência do Estado. É um governo cujo objetivo é aumentar essa potência em um quadro extensivo e competitivo (FOUCAULT, 2010: 376).

No final do curso intitulado *Em Defesa da Sociedade*, Foucault (2000) mostrou como ocorreu a passagem da guerra das raças, originária no século XVIII, para o chamado racismo de Estado, que acabou sendo retomado como fenômeno fundamental do século XIX em decorrência da investida de poder sobre o homem enquanto ser vivo proporcionando uma espécie de estatização do biológico.

Partindo do pressuposto de que as relações de poder que emergiram naquele momento abandonavam o modelo jurídico da soberania, passando a investigar as formas com que ocorriam os processos de sujeição à população, Foucault (2000) acabou centrando suas análises nas diferentes técnicas de coerção empregadas pelo poder, ao invés de entendê-lo exclusivamente a partir da aplicação da lei como sua manifestação exclusiva. Para ele, as intensas transformações do direito político do século XIX não consistiam necessariamente em apagar o velho direito de soberania fundamentado na ideia de fazer morrer ou deixar viver através desse direito novo, mas sim em penetrá-lo, perpassá-lo e modificá-lo, fazendo emergir inversamente um novo poder fundamentado na capacidade de fazer viver e deixar morrer.

Do Poder Pastoral à Biopolítica

A emergência desta outra tecnologia de poder que integrava e modificava concomitantemente a técnica disciplinar foi constatada pelo autor a partir da segunda metade do século XVIII e não propunha simplesmente suprimir a disciplina, já que sua intencionalidade era operar em outro nível, em outra escala, tendo outra superfície de suporte que passava a ser auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. Assim, enquanto a disciplina tentava reger a multiplicidade dos homens na medida em que ela buscava redundar em corpos individuais que deveriam ser treinados, utilizados, vigiados e, eventualmente, punidos, a nova tecnologia que se instalava, passava a dirigir-se à multiplicidade dos homens na medida em que formavam uma massa global afetada por processos de conjunto que eram próprios da vida, como os nascimentos, as mortes, as produções, as doenças, dentre outros.

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo de individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana (FOUCAULT, 2000: 289).

Esta nova tecnologia de poder apresentada por Foucault (2000) sob a denominação de biopolítica, tratava de um conjunto de procedimentos de controle, regulamentação e normalização decorrentes tanto das taxas de nascimentos e óbitos, quanto das taxas de reprodução e fecundidade da população, engendradas por processos que aventavam a natalidade e mortalidade versando sobre a longevidade da vida que, a partir da segunda metade do século XVIII, constituiu juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos seus primeiros alvos de controle.

A intensificação das medições estatísticas que originou as primeiras demografias, também resultou no mapeamento dos fenômenos de controle dos nascimentos no século XVIII. No entanto, a biopolítica que surgia naquele momento não procurava tratar simplesmente do problema da fecundidade, mas tratar do problema da morbidade, através do combate às epidemias ou doenças reinantes na população que ameaçavam frequentemente os poderes políticos.

Esses fenômenos iniciados no século XVIII, perpetrados por avaliações populacionais quantitativas possibilitaram a introdução de uma medicina intensamente fundamentada na higiene pública, através da criação de organismos de coordenação dos

tratamentos médicos, da centralização de informações e de normalizações do saber que resultaram não apenas em campanhas de aprendizado sobre a higiene, mas também na medicalização da população.

Certamente o racismo não foi criado nesta época. Ele existia há muito tempo, entretanto, o que o inseriu nos mecanismos do Estado foi à emergência deste biopoder não apenas legitimador, mas legalizador da morte daqueles que ameaçavam a normalidade da vida saudável da população; o imperativo da morte só seria admissível se estivesse fundamentado na eliminação do perigo biológico ao mesmo tempo em que fortalecesse a própria espécie ou raça.

Considerações Finais

A partir do século XVIII foi possível constatar o aparecimento paulatino de uma nova racionalidade de Estado, que começaria a operar outro nível, que não o disciplinar. Como visto, ela não se exerceria sobre a forma do controle de homens, que deveriam ser treinados, disciplinados, utilizados, vigiados e, eventualmente, punidos. Essa racionalidade identificada por Foucault como biopolítica passava a dirigir-se à multiplicidade dos homens na medida em que formavam uma massa global afetada por processos de conjunto que eram próprios da vida, onde seus procedimentos deveriam estar em sintonia, e sobre a forma de procedimentos de controle, regulamentação e normalização, decorrentes tanto das taxas de nascimentos e óbitos, quanto das taxas de reprodução e fecundidade da população.

Foi possível constatar a intensificação das medições estatísticas que originou as primeiras demografias, algo que também resultou no mapeamento dos fenômenos de controle dos nascimentos no século XVIII.

Esses fenômenos iniciados no século XVIII repercutiram não apenas em campanhas de aprendizado sobre a higiene, mas também na medicalização e cuidado da população.

Assim, a nova racionalidade emergente cultivou uma apreensão sobre os corpos da população sobre a forma do diagnóstico coletivo e individualizante ao mesmo tempo, algo que foi notado também nas antigas técnicas de governo operadas pelo *poder pastoral*.

Nesse caminho, a biopolítica surgia como uma adaptação inconsciente das técnicas de controle e cuidado operadas pelos pastores em seus rebanhos, possibilitando

um jogo harmônico entre “liberdade, cuidado e controle”, sobre o indivíduo e a coletividade sincronicamente.

Referências Bibliográficas

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

_____ Estratégia, Poder-Saber. (Ditos e Escritos IV). Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.